

Comunidade virtual do Legislativo

Agaciel da Silva Maia

O mundo globalizado tem gerado nova consciência sobre trabalho e metas do serviço público em geral. O Senado Federal, preocupado com a modernização e qualificação de suas atividades, tem aprimorado cada vez mais os serviços prestados à sociedade, sendo mais transparente e eficaz no elenco de suas ações.

Dentro dessa linha de atuação e seguindo orientação da Comissão Diretora, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, nasceu o Projeto Interlegis, que tem o objetivo de criar a Comunidade Virtual do Legislativo Brasileiro. A idéia consiste na montagem de uma rede coordenada pelo Senado, que, ao utilizar tecnologia de ponta aprimorada ao longo dos anos pelos técnicos que compõem o corpo funcional da Casa, disponibilizará em home-page todos os bancos de dados do Senado e informações de outras casas legislativas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Para que todo o processo possa se concretizar, está sendo ultimado um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de instrumentalizar os legislativos de pequenas cidades, além de fomentar e disponibilizar informações oriundas dos mais desenvolvidos, formando a comunidade virtual já referida.

Obviamente, o Interlegis é uma conjugação que utiliza a Internet, rede mundial de computadores, e como tal, além de uma interface de comunicação entre os legislativos, é uma fonte para todos que estejam interessados em informações legislativas. Atualmente, a Internet, além de ser um grande shopping de ações e informações, uma grande enciclopédia de idéias, é um dos fatores que está transformando o século XX, e, também, globalizando a gerência e ingerência dos governos — poderíamos citar como exemplo a crise das bolsas asiáticas, que provocou quase que uma quebra da economia mundial.

Outro fator que cabe aqui ressaltar, pois serve de pilar para a Internet — e conseqüentemente para o Interlegis — são as linhas de telefonia fixa e móvel que dão suporte a essa tecnologia. Recentemente, o Plano de Outorgas foi analisado e aprovado pelo Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do qual sou membro, tendo como linha mestra fixada para 1999 uma planta de 26 milhões de terminais fixos; para 2000, de 29,5 milhões para 2000; e de 33 milhões, para 2001, devendo até 2005 ser atendidas todas as localidades de mais de trezentos mil habitantes. Com relação à telefonia pública, até 2004 todos os municípios, desde os mais desenvolvidos aos mais humildes, serão atendidos pelo serviço telefônico fixo comutado ou por meio de telefones públicos, o que facilitará extremamente a implementação e instrumentalização do Projeto Interlegis nas diversas casas legislativas do país.

Como se vê, as pretensões aqui citadas estão sendo viabilizadas com a conjugação de forças entre o Legislativo e o Executivo que, sob o comando do presidente Fernando Henrique Cardoso, criou a Anatel, órgão regulador das telecomunicações brasileiras.

Num mundo onde a comunicação interliga idéias e informações em tempo real, o Senado Federal dá claras demonstrações de que, seguindo o curso da história, tem interagido de forma eficaz com o desenvolvimento tecnológico, como um parceiro em todas as ações e um mentor naquilo que lhe compete, não sendo um expectador e utilizando, diuturnamente, todas as linguagens que possam modernizá-lo.

A administração do Senado, no arcabouço de suas ações, além de proporcionar equilíbrio na execução do orçamento destinado à Casa, busca a transparência em todos os níveis dos trabalhos realizados. E, com determinação, tem implementado projetos que dignificam o Legislativo, fazendo com que sua imagem a cada dia se fortaleça mais perante a nação.

■ Agaciel da Silva Maia é diretor-geral do Senado Federal e membro do Conselho Consultivo da Anatel